

AUTORRECONHECIMENTO INDÍGENA E FORMAÇÃO DOCENTE INTERCULTURAL NO PARFOR/UFPI¹

Ariana Vaz de Sousa-UFPI²

Raimundo Nonato Ferreira do Nascimento-UFPI³

RESUMO

A presente pesquisa, ainda em andamento, analisa a contribuição do Curso de Pedagogia Intercultural Indígena para os processos de autorreconhecimento e reconhecimento étnico de estudantes indígenas e não indígenas vinculados ao curso, especificamente ao polo de Piripiri, Piauí. Parte-se do pressuposto de que, embora a implementação de políticas de formação docente intercultural no Piauí represente uma conquista histórica, ainda não foram analisados os impactos dessa experiência formativa sobre os processos de autoafirmação, pertencimento étnico e valorização dos saberes tradicionais dos sujeitos envolvidos. O objetivo consiste em compreender como a experiência formativa acadêmica no curso incide e dialoga com as trajetórias identitárias dos estudantes, considerando suas narrativas, experiências e contextos comunitários. A pesquisa adota abordagem qualitativa, articulando análise documental, entrevistas semiestruturadas com discentes indígenas e não indígenas e observação participante em atividades acadêmicas e pedagógicas do curso. Espera-se que os resultados contribuam para a compreensão das relações entre formação docente intercultural, autorreconhecimento étnico e fortalecimento dos vínculos comunitários, bem como para o debate acadêmico sobre educação intercultural indígena no ensino superior.

PALAVRAS-CHAVE: Autorreconhecimento, indígena, Piauí.

Introdução

O processo de autorreconhecimento e reconhecimento indígena no Piauí vem se desenhando desde o início dos anos 1990. O anseio por valorização cultural, direito ao território e educação diferenciada tem sido uma constante nos processos de luta e reivindicações dos povos indígenas desta região. Estes não medem esforços em busca do reconhecimento de suas origens culturais e linguísticas.

Durante o período colonial e grande parte do século XX, a escola destinada aos povos indígenas esteve associada a projetos missionários que buscavam integrá-los à

¹ Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026). Este trabalho contou com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí (FAPEPI), por meio do Edital FAPEPI nº 003/2025 – Programa de Apoio à Pós-Graduação Stricto Sensu (PAPG) – Bolsas de Mestrado e Doutorado, Processo nº 00110.000590/2024-17, conforme Termo de Concessão e Aceite de Bolsa nº 057/2025.

² Mestranda em Antropologia-UFPI, e-mail:senhoritavaz@gmail.com

³ Professor vinculado ao Programa de Pós-Graduação de Antropologia – UFPI, e-mail: nonatorr.33@gmail.com

sociedade nacional, desconsiderando seus saberes. Ali, a educação escolar funcionava como mecanismo de apagamento cultural, contribuindo para a desvalorização das identidades indígenas e para a ruptura de processos tradicionais de socialização e aprendizagem.

A partir da segunda metade do século XX, especialmente com o fortalecimento dos movimentos indígenas, inicia-se um processo de ressignificação da escola. Os povos indígenas passam a reivindicar o direito a uma educação diferenciada, intercultural e bilíngue, capaz de dialogar com suas culturas, línguas e seus modos de ser e de fazer educacional, além de requerer que fossem reconhecidos como sujeitos de direitos (Nascimento, 2016).

A partir dos marcos legais inaugurados pela Constituição Federal de 1988, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996) e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena, o Estado brasileiro passa a reconhecer formalmente a necessidade de políticas específicas para a formação de professores indígenas. É nesse contexto que universidades públicas brasileiras começam a estruturar cursos específicos para a formação de professores indígenas, como, por exemplo, os cursos de Licenciaturas Interculturais e os de Pedagogia Intercultural Indígena.

Nesse novo cenário, os povos indígenas assumem protagonismo na construção de projetos educativos próprios, participando da formulação de currículos, da formação de professores indígenas e da gestão das escolas em seus territórios. A escola deixa de ser vista apenas como instrumento de dominação externa e passa a ser apropriada como espaço estratégico de mediação intercultural, no qual se articulam saberes tradicionais e conhecimentos escolares, sem que isso implique a negação da identidade indígena (UFPI, 2023).

No estado do Piauí, a implementação de uma Educação Superior Diferenciada e Intercultural para atender aos professores indígenas é muito recente, tendo iniciado apenas no ano de 2024. Nesse sentido, é importante lembrar que essa demora na criação de um curso de formação de professores indígenas por meio de licenciaturas específicas está relacionada ao próprio processo organizacional do movimento indígena neste estado, que se iniciou apenas em meados dos anos de 1990 (Barroso, 2018).

De acordo com Lima e Nascimento (2024), a "historiografia oficial" no Piauí considerou, por muito tempo, os povos indígenas como extintos, e os poderes dominantes utilizaram o discurso do "extermínio" para justificar a expropriação das terras e o não

reconhecimento dos povos indígenas na região. Entretanto, contrariando a crônica da extinção, os povos indígenas afirmam que a invisibilidade foi uma estratégia por eles adotada para garantir sua própria existência. Contudo, a memória subterrânea da indianidade foi transmitida de geração em geração e, somente nos anos de 1990, com o reconhecimento constitucional garantido, esses povos passaram a reivindicar o reconhecimento de suas identidades.

Barroso (2018), ao refletir sobre a emergência étnica no Nordeste e no Piauí, afirma que a década de 1990 inaugurou o processo de emergência étnica neste estado, pois foi nesse período que os povos indígenas passaram a se organizar no território piauiense e a reivindicar seus direitos. Mesmo sendo um processo recente, os indígenas, que por muito tempo foram silenciados, passaram a se mobilizar e a se identificar enquanto coletividade, declarando-se como povos originários do Piauí e reivindicando seus direitos.

Foi nesse contexto de reivindicações do movimento indígena organizado que a Universidade Federal do Piauí (UFPI), por meio do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), criou o primeiro curso de formação específica para professores indígenas: o Curso de Pedagogia Intercultural Indígena. O curso tem por objetivo formar professores e professoras indígenas em Pedagogia Intercultural, conforme a realidade das comunidades e em consonância com a legislação nacional que trata da educação escolar indígena (UFPI, 2023).

Implementado no segundo semestre de 2024, o Curso de Pedagogia Intercultural da Universidade Federal do Piauí está presente em cinco polos, distribuídos em quatro municípios: Baixa Grande do Ribeiro; Currais — com um polo na sede do município e outro na comunidade indígena Laranjeiras; Piripiri; e Uruçuí. O curso atende aproximadamente 140 estudantes, entre indígenas e não indígenas.

É, portanto, no intuito de refletir sobre a contribuição da formação intercultural do Curso de Pedagogia Intercultural Indígena para o processo de autorreconhecimento, pertencimento comunitário e valorização dos saberes tradicionais que esta proposta se desenvolve. E para concretizá-la, pretende-se acompanhar as trajetórias formativas por meio de observação participante e escuta qualificada, buscando compreender como têm se dado os processos de autorreconhecimento e reconhecimento ao longo da formação. O estudo adota uma abordagem qualitativa, com revisão bibliográfica e pesquisa de campo.

Para explorar a contribuição do curso para esse processo de autorreconhecimento e suas facetas, parte-se do conceito de identidade étnica como uma construção relacional,

histórica e situada (Oliveira, 2004). Dessa forma, espera-se que os resultados contribuam para a compreensão das relações entre formação docente intercultural, autorreconhecimento identitário e fortalecimento dos vínculos comunitários, bem como para o debate acadêmico sobre educação intercultural indígena no ensino superior.

2 Interculturalidade e Educação Indígena No Piauí

As reivindicações por educação intercultural no estado do Piauí se confundem com os processos de autorreconhecimento dos povos indígenas deste estado. Conforme argumenta Barroso (2018), o processo de emergência étnica nesta região iniciou-se nos anos de 1990, quando os indígenas, que por muito tempo foram silenciados, passaram a se mobilizar e a se identificar enquanto coletividade, declarando-se como povos originários do Piauí. Nesse processo de emergência étnica no estado, as primeiras coletividades a se identificarem como indígenas foram os Tabajara de Piripiri. Estes vivem tanto na zona urbana da cidade quanto em comunidades rurais, como Canto da Várzea e Tucuns.

Ainda segundo Barroso, em termos oficiais, a presença indígena na história recente do estado do Piauí também pode ser constatada a partir do Censo Demográfico de 1991. Nesse período, houve um aumento da presença indígena em todos os estados do Nordeste, incluindo o estado do Piauí. Ao considerar o processo de emergência étnica no Nordeste, a autora afirma que:

Com o fenômeno da Emergência Étnica Indígena no Nordeste tendo iniciado na década de 1980, os números de pessoas que assim se identificavam aumentaram. Essas populações voltaram a aparecer com um contingente de reivindicações e mobilizações por direitos, e esse reaparecimento fica evidente a partir dos dados do Censo Demográfico aqui comparados em 1991, 2000 e 2010. No Censo Demográfico de 1991, na região Nordeste, temos um contingente de indígenas no total de 55.889. O estado da Bahia aparece em primeiro lugar com maior população indígena, estimada em 16.023; em segundo, o estado do Maranhão, com 15.674; em terceiro, Pernambuco, com 10.576; em quarto, Alagoas, com 6.690; em quinto, Ceará, com 2.694; em sexto, Paraíba, com 3.778; em sétimo, Sergipe, com 706; em oitavo, Rio Grande do Norte, com 394; e o Piauí, com a menor população indígena, estimada em 314 indígenas declarados (Barroso, 2019, p. 35).

Seguindo nessa mesma perspectiva de análise censitária, Kós (2015) afirma que, se, no ano de 1991, a população indígena no Piauí era de apenas 314 indivíduos autodeclarados, no Censo de 2010 essa população aumentou para 2.664, o que representou um crescimento de 10,51%. Ainda é importante ressaltar que o processo de emergência étnica no estado continua se expandindo, pois o último censo realizado registrou a presença de 7.202 pessoas autodeclaradas indígenas. Estas pertencem a

diversas etnias, entre as quais podemos citar os Tabajara, Akroá-Gamella, Kariri e Guegues.

O exposto acima demonstra que o processo de organização dos povos indígenas no Piauí é ainda muito recente, fato que justifica que as reivindicações por uma educação escolar indígena específica e diferenciada também tenham se iniciado tardiamente. Apesar dessa situação, desde o ano de 2014 os povos indígenas do estado vêm reivindicando a implementação de uma política educacional que atenda às suas especificidades. Contudo, até o momento, o estado do Piauí não dispõe de uma Política de Educação Escolar Indígena, fato que demonstra que a educação escolar indígena específica e intercultural ainda não é uma realidade nas comunidades indígenas deste estado.

Apesar da resistência do Estado em implementar uma educação escolar específica e diferenciada para os povos indígenas, estes vêm se mobilizando e ampliando suas demandas por políticas específicas em diferentes áreas, incluindo a educação. Nesse sentido, a formação de professores indígenas passou a ocupar posição estratégica, uma vez que a consolidação de uma educação diferenciada depende não apenas da existência de escolas indígenas, mas também da formação de profissionais capazes de atuar em diálogo com as realidades socioculturais das comunidades.

É, portanto, nesse contexto que se insere a criação do Curso de Pedagogia Intercultural Indígena da Universidade Federal do Piauí, ofertado por meio do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR). Conforme descrito no Projeto Pedagógico do Curso (UFPI, 2023), sua implementação resulta de um longo processo de reivindicações dos povos indígenas piauienses e busca atender às diretrizes nacionais voltadas à educação escolar indígena, articulando formação acadêmica e valorização dos conhecimentos produzidos nos territórios indígenas.

Mais do que uma resposta institucional às exigências legais, a criação do curso pode ser compreendida como parte de um movimento mais amplo de reconhecimento da presença indígena no estado. Sua existência materializa demandas historicamente construídas pelos povos indígenas e amplia os espaços de circulação de conhecimentos, narrativas e experiências que, durante muito tempo, permaneceram fora dos ambientes formais de ensino.

Nesse sentido, a educação intercultural indígena no Piauí ainda não é uma realidade nas escolas e comunidades indígenas. Ela se inicia com a implementação de um curso de formação de professores em nível superior e espera-se que, a partir dele, os

professores indígenas possam se organizar e reivindicar do estado a implementação da Política Nacional de Educação Escolar Indígena. Pois acreditamos que o Curso de Pedagogia Intercultural Indígena não se limita à formação profissional dos futuros docentes. Ao reunir estudantes provenientes de diferentes povos e comunidades, a experiência universitária cria condições para a produção de novas formas de diálogo entre saberes acadêmicos e conhecimentos tradicionais, favorecendo processos de reflexão sobre identidade, pertencimento e reconhecimento étnico.

É, portanto, com o objetivo de compreender a experiência universitária dos indígenas e perceber como essa experiência vem contribuindo para os processos de autorreconhecimento e reconhecimento dos povos indígenas no Piauí que tomamos como *locus* desta investigação o polo de Piripiri, por concentrar uma maior diversidade de indígenas, como, por exemplo, os Tabajara Tapuio, Tabajara Ypy, Tabajara Itacoatiara, Tabajara Alonga e Tacariju.

3 Formação docente intercultural, reconhecimento étnico e diálogo de saberes no PARFOR/UFPI

A formação docente intercultural tem sido apresentada, no âmbito das políticas públicas voltadas à educação indígena, como uma estratégia para promover o diálogo entre conhecimentos acadêmicos e saberes produzidos nos contextos comunitários. Entretanto, compreender seus efeitos exige ultrapassar a análise dos documentos institucionais e observar como essa formação é vivida pelos próprios estudantes.

Nesse sentido, o Curso de Pedagogia Intercultural Indígena do PARFOR/UFPI pode ser compreendido não apenas como um espaço de qualificação profissional, mas como um contexto de produção de experiências e de elaboração de sentidos sobre identidade, pertencimento e reconhecimento. Ou seja, o curso integra trajetórias individuais e coletivas marcadas por processos de reivindicação étnica e fortalecimento comunitário.

Essa perspectiva adotada pelo curso, de considerar as experiências individuais como parte do processo formativo, dialoga com a proposta de Ingold (2020), quando destaca que o conhecimento não é simplesmente transmitido entre sujeitos, mas construído por meio da participação em práticas, relações e experiências compartilhadas. Aprender, nesse sentido, significa percorrer caminhos, estabelecer vínculos e se engajar em processos contínuos de formação. A experiência universitária não é apenas uma

aquisição de conteúdos pedagógicos, mas um percurso que mobiliza memórias, narrativas e formas de pertencimento.

No contexto do PARFOR/UFPI, a experiência universitária constitui-se como um desses espaços de interação. No curso, os estudantes participam de novas redes de sociabilidade, entram em contato com debates acadêmicos sobre identidade indígena e compartilham experiências com colegas provenientes de diferentes comunidades. Esse conjunto de relações tem contribuído para a elaboração de novas formas de compreender a própria trajetória e de narrar o pertencimento étnico.

Entretanto, o autorreconhecimento não deve ser entendido como um processo homogêneo ou linear. As experiências observadas indicam que diferentes estudantes atribuem sentidos distintos à formação intercultural, mobilizando referências comunitárias, familiares, territoriais e políticas de maneiras diversas. Em vez de produzir identidades estáveis, o curso parece configurar um espaço de negociação permanente, no qual diferentes formas de ser indígena são continuamente afirmadas, tensionadas e reconstruídas.

Desse modo, a análise da formação docente intercultural requer atenção não apenas aos objetivos institucionais do curso, mas também aos significados produzidos pelos próprios sujeitos envolvidos. Ao acompanhar suas trajetórias, narrativas e práticas cotidianas, é possível compreender como a universidade participa dos processos contemporâneos de autorreconhecimento indígena no Piauí e como a formação acadêmica se articula às experiências mais amplas de pertencimento comunitário e valorização dos saberes tradicionais.

Os estudantes do curso do polo de Piripiri vêm experienciando o "resgate" de práticas ancestrais por meio das atividades de pesquisa e extensão que ali vêm sendo desenvolvidas. Nas atividades de encerramento do semestre letivo, os discentes apresentaram os resultados de pesquisas desenvolvidas ao longo do semestre, nas quais constatamos que os cursistas fazem de suas experiências comunitárias momentos de reflexão e aprendizado, como, por exemplo, os trabalhos apresentados sobre o uso de ervas medicinais como tratamento alternativo de algumas doenças, assim como a preocupação com a instalação de usinas eólicas e a desertificação do território tradicional.

Mais do que simples apresentações acadêmicas, essas atividades revelavam formas particulares de compreender o mundo e de produzir conhecimento. Ao relatarem experiências vividas em suas comunidades, os estudantes não apenas descreviam práticas culturais, mas atribuíam a elas valor e legitimidade em um espaço historicamente

associado à produção do conhecimento científico. Nesse movimento, saberes antes restritos aos contextos familiares e comunitários passam a circular também no ambiente universitário.

A observação dessas situações permite refletir sobre a relação entre formação intercultural e processos de autorreconhecimento. Em diversos momentos, a valorização de conhecimentos ancestrais aparecia associada ao fortalecimento dos vínculos dos estudantes com suas comunidades de origem. O reconhecimento institucional desses saberes parecia produzir efeitos que ultrapassavam a dimensão acadêmica, alcançando também formas de pertencimento social e identificação coletiva.

Tal processo pode ser compreendido a partir da perspectiva proposta por Oliveira (2004), para quem a identidade indígena não corresponde a uma essência imutável, mas resulta de processos históricos e relacionais. A condição indígena não é simplesmente herdada; ela é continuamente produzida e atualizada em contextos específicos de interação social, disputa política e construção coletiva de significados.

Nessa direção, o autorreconhecimento não deve ser entendido como um evento isolado ou uma decisão individual. Trata-se de um processo construído nas relações estabelecidas entre sujeitos, comunidades, instituições e territórios. Como observam Nascimento et al. (2016), as identidades são produzidas em contextos de interação, nos quais os indivíduos elaboram narrativas sobre si mesmos e sobre os grupos aos quais pertencem.

A experiência universitária parece constituir um desses contextos. Ao ingressarem no curso, os estudantes passam a compartilhar experiências com integrantes de diferentes comunidades indígenas, entram em contato com debates acadêmicos sobre história indígena, direitos coletivos e interculturalidade e encontram espaços para apresentar conhecimentos produzidos em seus territórios. Essas experiências favorecem novas formas de reflexão sobre trajetórias pessoais e coletivas.

A experiência formativa, entretanto, não produz efeitos apenas entre os estudantes que já se reconhecem como indígenas. As observações realizadas ao longo das atividades acadêmicas indicam que o curso também mobiliza reflexões entre estudantes não indígenas, especialmente no que se refere à compreensão da diversidade étnica existente no estado do Piauí e à revisão de concepções historicamente construídas sobre os povos originários.

Em diversos momentos, os debates promovidos nas disciplinas, as apresentações de trabalhos e as narrativas compartilhadas pelos estudantes indígenas colocaram em

evidência experiências, memórias e reivindicações que permanecem pouco visíveis nos discursos escolares convencionais. Para os estudantes não indígenas, o contato com essas trajetórias favorece processos de deslocamento de perspectivas anteriormente marcadas por representações homogêneas ou estereotipadas acerca da condição indígena e possibilita uma reavaliação de narrativas amplamente difundidas sobre a suposta inexistência de povos indígenas no Piauí. O contato com colegas pertencentes a diferentes povos contribui para problematizar discursos históricos de invisibilização e ampliar a compreensão acerca da presença indígena contemporânea no estado.

Desse modo, a formação intercultural não atua apenas no fortalecimento do autorreconhecimento indígena, mas também na produção de novas formas de compreender a diversidade social e cultural. O curso parece configurar-se como espaço de negociação de identidades e de construção de relações pautadas pelo reconhecimento da diferença e pelo respeito à pluralidade de saberes.

As discussões promovidas pelos estudantes sobre ervas medicinais, proteção ambiental e práticas comunitárias evidenciam precisamente essa articulação entre conhecimento, território e identidade. Falar sobre plantas medicinais, por exemplo, significa também falar sobre ancestralidade, transmissão de conhecimentos e permanência de práticas coletivas ao longo do tempo.

Sob essa perspectiva, a formação intercultural desenvolvida no PARFOR/UFPI pode ser compreendida como um espaço de circulação e valorização de diferentes regimes de conhecimento. O encontro entre saberes acadêmicos e tradicionais cria condições para que os estudantes reflitam sobre suas próprias trajetórias e sobre os significados atribuídos à experiência de ser indígena no contexto contemporâneo.

Assim, os processos de autorreconhecimento observados não se limitam à afirmação individual de uma identidade. Eles envolvem a reativação de memórias coletivas, a valorização de conhecimentos historicamente marginalizados e o fortalecimento de vínculos comunitários. O que está em jogo não é apenas o acesso ao ensino superior, mas a possibilidade de construir novos espaços de legitimidade para narrativas, experiências e saberes indígenas no interior da universidade.

Nesse sentido, a formação intercultural opera para além da dimensão técnica da docência. Ao possibilitar a circulação de narrativas, memórias e conhecimentos historicamente marginalizados pelos espaços escolares convencionais, a universidade torna-se um local no qual experiências de pertencimento podem ser reafirmadas, negociadas ou reelaboradas.

Considerações finais

A discussão desenvolvida ao longo deste trabalho permitiu compreender que a formação docente intercultural, no âmbito do PARFOR/UFPI, insere-se em um contexto mais amplo de reivindicações históricas dos povos indígenas por reconhecimento, valorização cultural e garantia de direitos educacionais específicos.

No caso do Piauí, marcado pelo discurso do desaparecimento indígena, a implementação de um curso superior voltado à formação intercultural indígena representa não apenas uma política educacional, mas também um espaço simbólico de visibilidade, afirmação identitária e legitimação de saberes historicamente marginalizados.

A partir das reflexões mobilizadas, compreende-se que a interculturalidade não pode ser reduzida a uma simples proposta pedagógica institucional, mas deve ser entendida como um campo relacional atravessado por disputas, negociações e processos contínuos de construção de sentidos.

Assim, a formação intercultural desenvolvida no curso de Pedagogia Intercultural Indígena do PARFOR/UFPI pode favorecer processos de autorreconhecimento e fortalecimento do pertencimento comunitário, especialmente ao possibilitar o diálogo entre conhecimentos acadêmicos, territorialidades e saberes tradicionais indígenas.

Além disso, evidencia-se que o espaço universitário pode atuar como lugar de reelaboração identitária, pendendo para o autorreconhecimento ou para o reconhecimento, no qual os estudantes passam a ressignificar trajetórias anteriormente marcadas pela invisibilização étnica.

As experiências observadas no curso, ainda que preliminares, apontam para a reativação de memórias coletivas, práticas ancestrais e formas próprias de produzir conhecimento, revelando a importância da formação intercultural na valorização da diversidade epistemológica indígena.

Por se tratar de uma pesquisa em andamento, não se pretende apresentar conclusões definitivas sobre os impactos da formação intercultural nos processos de reconhecimento étnico. Ainda assim, os elementos discutidos evidenciam a importância de acompanhar etnograficamente as trajetórias dos estudantes e os processos de negociação identitária vivenciados no contexto universitário piauiense.

Referências

- BARROSO, Ilana Magalhães. *Emergência étnica indígena, territorialização, memória e identidade do grupo indígena Tabajara e Tapuio da Aldeia Nazaré*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Piauí, 2018.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.
- INGOLD, Tim. *Antropologia e/como educação*. Petrópolis: Vozes, 2020.
- KÓS, Cinthya V. N.M. *Etnias, fluxos e fronteiras: processo de emergência étnica dos Kariri No Piauí*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Piauí, 2015.
- LIMA, Carmen Lucia Silva; NASCIMENTO, Raimundo Nonato Ferreira do. (orgs) Gamela, Akroá-Gamella: *Etnicidade, conflito, resistência e defesa do território*. Teresina – Cancioneiro, 2024.
- NASCIMENTO, R. N. F.; QUADROS, Marion Teodósio de; FIALHO, Vania. *Interculturalidade enquanto prática na educação escolar indígena*. *Revista Antropológicas*, v. 27, n. 1, p. 187-217, 2016.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. 2ª ed. Rio de Janeiro, 2004.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia – PARFOR*. Teresina: UFPI, 2023.